



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Sumário executivo da audiência pública sobre o atendimento oferecido às pessoas com necessidades psicológicas especiais, realizada na Comissão de Assuntos Sociais.

A audiência foi realizada no dia 26 de junho de 2003, com a participação de quatro palestrantes: o representante da coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde (MS), Alfredo Scheikman; o secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, Psicopatologia e Psicoterapia, Ileno Izídio da Costa; a consultora na área de prevenção e atendimento à pessoa portadora de distúrbios graves de comportamento, Ângela Gomes; e a usuária do sistema de atenção à saúde mental, Gismair Ana de Castro.

Todos os expositores fizeram apresentações com um único foco principal: o repúdio ao modelo hospitalar/institucional de assistência à saúde mental. Segundo os palestrantes, esse ainda é o modelo predominante no País, a despeito da comprovada ausência de efetividade para resolver os problemas dos pacientes.

Os especialistas da área de saúde mental são unânimes em apontar como solução os modelos assistenciais que privilegiam a inserção ou manutenção do indivíduo no convívio social e familiar.

O representante do MS informou que a transição entre os dois modelos está em andamento, ainda que em ritmo mais lento que o desejável. A implantação da Reforma Psiquiátrica, seguindo as diretrizes da Lei nº

10.216, de 2001, tem sido conduzida com a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Esses centros têm a grande vantagem de não internar o paciente. Oferecem um tratamento humanizado e preservam os laços afetivos do indivíduo com a família e os amigos. Isso permite uma recuperação mais rápida e completa.

O Sr. Alfredo apresentou, ainda, alguns dados ilustrativos da situação da assistência psiquiátrica no Brasil. A desigualdade na distribuição dos serviços é marcante, com grande concentração nos Estados do Sul e Sudeste e carência manifesta na Região Norte. O Estado do Amapá, por exemplo, não conta com nenhuma instituição que ofereça internação psiquiátrica e tem apenas três psiquiatras, no serviço público, para atender a todo o Estado.

O MS pretende impulsionar a reforma neste governo e ampliar o número de CAPS, além de criar mais centros voltados para clientela específicas, como os dependentes químicos.

Outra medida anunciada foi a criação das “residências terapêuticas” para os pacientes sem condições de reintegração às famílias. Seriam espécies de “repúblicas” para os doentes mentais, custeadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), onde eles teriam acompanhamentos psicológico, médico e de assistência social.

Tal medida visa a aproximar os doentes da sociedade sem deixá-los desprotegidos.

O Sr. Ileno da Costa, por sua vez, endossou as críticas ao atual modelo assistencial predominante no País. Sua palestra voltou-se principalmente para explicitar a importância do psicólogo na atenção à saúde mental.

Em sua opinião, o psicólogo é preparado para tratar do indivíduo doente e não apenas de sua doença. Essa abordagem é fundamental para a recuperação do paciente, pois, sem uma compreensão do contexto sócio-cultural em que a pessoa vive, não é possível atendê-la adequadamente.

A Sra. Ângela Gomes reforçou os argumentos já apresentados pelos outros dois expositores no sentido de combater a institucionalização dos doentes mentais.

Na condição de profissional de educação ligada ao atendimento de portadores de deficiência mental, ela procurou dar ênfase às atividades preventivas e às ações de reinserção dessas pessoas na sociedade.

As principais medidas de carácter preventivo defendidas pela palestrante foram: informar sobre sinais de sofrimento psíquico em lactentes, crianças, adultos e idosos; criar programas de detecção precoce dos distúrbios de desenvolvimento, de atendimento terapêutico aos pais de doentes mentais e de incentivo às pesquisas na área; “democratizar” os exames clínico-laboratoriais; e conscientizar a sociedade sobre o problema.

Em relação ao envolvimento da sociedade, a Sra. Ângela demonstrou como cada cidadão, independentemente de sua profissão ou classe social, pode contribuir para a melhoria das condições de vida dos doentes mentais. O primeiro passo é perguntar-se: “o que eu posso fazer para ajudar?”.

Ela citou exemplos de como os professores podem prestar mais atenção e identificar precocemente os alunos que apresentam distúrbios psicológicos, encaminhando-os para o tratamento enquanto o problema pode ainda ser resolvido com maior facilidade e eficácia. A mesma recomendação foi estendida aos diversos profissionais de saúde: que fiquem atentos aos sinais de uma disfunção mental incipiente.

A Sra. Gismair de Castro fez a última exposição da audiência. Na condição de usuária do sistema de atenção à saúde mental, teceu críticas mais duras que as dos seus predecessores – estes criticaram a internação de pacientes, mas consideraram-na necessária em muitos casos, principalmente quando há riscos à integridade física dos doentes e familiares.

A Sra. Gismair, por seu turno, defendeu a extinção pura e simples de qualquer instituição psiquiátrica que promova a restrição à liberdade dos pacientes. A internação afasta o indivíduo do seio familiar e dificulta a sua reintegração à sociedade.

Tendo ela própria sido internada contra a vontade por diversas vezes e por longos períodos, em função de reiteradas tentativas de suicídio, relatou as agruras que sofreu nessas experiências. Em sua opinião, as internações foram um dos principais obstáculos à sua recuperação.

Ela se queixou, ainda, do tratamento desumano que recebeu dos profissionais de saúde durante esse período.

Por fim, elogiou o novo modelo de assistência psiquiátrica em implantação no País, em especial os CAPS e as residências terapêuticas.

Ao final das exposições, os Senadores dirigiram perguntas ao representante do MS.

Sobre o financiamento do programa de saúde mental, ele esclareceu que os recursos para a implantação dos CAPS são “extrateto”, ou seja, não interferem com os outros recursos transferidos pela União aos estados e municípios. Isso constitui um grande incentivo para os entes federativos implantarem o programa.

Sobre a assistência aos menores infratores, ele informou que a questão é muito discutida no Ministério. As Febens têm problemas semelhantes aos dos manicômios judiciários: estão em um “limbo” onde os doentes não têm assistência psiquiátrica, nem do SUS nem do sistema prisional.

A assistência à saúde mental desses internos será assumida pelo SUS, mas seguirá um modelo – ainda em fase de desenvolvimento – distinto do adotado para as pessoas sem condenações judiciais, em função das suas especificidades.

O expositor salientou a importância da atuação parlamentar para a melhoria das condições de saúde mental da população. No caso específico das Febens e dos manicômios judiciários, a mobilização do MS para solucionar o problema foi desencadeada por visitas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados às referidas instituições.

Respondidos todos os questionamentos, a audiência foi encerrada por seu Presidente, o Senador Papaléo Paes.